



**EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO
(ART. 79, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021)**

1) PRÊAMBULO	3
2) OBJETO	3
3) ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	9
4) VEDAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO	9
5) CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD (LEI Nº 13.709/2018)	10
6) REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO	11
7) DOCUMENTAÇÃO PARA SER CREDENCIADO	12
8) AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	15
9) CREDENCIAMENTO.....	16
10) RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO.....	16
11) CONTRATAÇÃO VIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	17
12) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	18
13) DISPOSIÇÕES FINAIS.....	22
ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	24
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.....	35
ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA.....	45
ANEXO IV – DECLARAÇÃO LGPD	46
ANEXO V – PROPOSTA	49
ANEXO VI – CONTRATO ADMINISTRATIVO	50



DECRETO Nº 19/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

“REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL”

Nota: Em atendimento ao Decreto 019/2021

Art. 1º - Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual – MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto.

Art. 13, Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte: § 2º Na modalidade de "PREGÃO", o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 19 Considera REGIONALIDADE: Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Local ou municipal: o limite geográfico do município;

De acordo com o art. 20, alínea "a", será concedida prioridade a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido;



1) PRÉAMBULO

1.1 O Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.854.670/0001-30, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo de contratação:

I - **Objeto:** Chamamento de interessados para credenciamento, com base no [art. 79, inciso II da Lei nº 14.133/2021](#)

II - **Regime legal:**

- a) [Lei nº 14.133/2021](#);
- b) Legislação Municipal – Decreto nº 491/2023

III - **Forma:**

- a) Presencial (analogia ao [art. 17, § 2º](#) c/c [art. 176, II da Lei nº 14.133/2021](#))

IV - **Endereço e horário para apresentação da documentação:**

- a) Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Xaxim/SC, localizada na Rua Rui Barbosa, nº 347, 2º Andar, na cidade de Xaxim/SC.
- b) A entrega dos documentos para credenciamento deve ser feita no endereço acima, a partir do dia 29 de outubro de 2024, das 07:00h as 13:00h.

V - **Condução do procedimento auxiliar:**

- a) Comissão de Contratação, designada pelo Decreto nº 0494/2023 (conforme [art. 6º, L da Lei nº 14.133/2021](#))

VI - **Vigência deste edital:**

- a) Até 29 de outubro de 2025.

2) OBJETO

2.1 CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, topografia e avaliação de imóveis, objetivando a elaboração de projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidrossanitários, hidráulicos, preventivos de combate a incêndio, pavimentação, metálicos, avaliações de imóveis entre outros, para atendimento as necessidades das Secretarias Municipais.

2.2 Valor máximo a ser pago/rateado entre todos os credenciados anualmente ([art. 79, parágrafo único, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021](#) por tabela:

Serviço de retirada, instalação e/ou substituição de luminária pública.

VALOR TOTAL ANUAL R\$ 2.124.275,00 (dois milhões, cento e vinte e quatro mil duzentos e setenta e cinco reais)

2.3 **Local da prestação do serviço:** Conforme solicitação da secretaria solicitante.

2.4 Especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade pretendidos com a contratação, se dará conforme definido pelo Termo de Referência.

2.5 O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no [art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).



2.6 Todos os credenciados serão contratados, desde que vigente este edital.

2.7 Conforme os credenciados forem contratados, a Administração Municipal atualizará a lista de prestadores do serviço, a fim de que o beneficiário tenha conhecimento de todos os prestadores e realize a escolha.

2.8 Sendo escolhido o prestador pelo beneficiário, este comunicará à Administração a fim de que esta autorize formalmente o prestador a executar o serviço.

2.9 A remuneração a que fará jus a contratada, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores unitários fixados, logo, as quantidades a serem executadas dependerão da demanda das unidades de saúde do Município de Xaxim.

2.10 O pagamento da demanda de cada contratado ocorrerá após a execução do serviço, mediante fiscalização e autorização da autoridade competente.

2.11 O objeto está fundamentado ([art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I);

II - Termo de Referência – TR (ANEXO II);

III - Registra-se que o descritivo dos itens que deverão ser fielmente considerados são os constantes neste termo.

	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
LOTE 01	1	Cadastro técnico de edificações (medições in loco e projeto arquitetônico completo PDF, DWG e 3D).	m ²	10.000	R\$ 7,30	R\$ 73.000,00
	2	Projeto arquitetônico (planta de situação, planta de localização, plantas baixas, cortes, fachadas, planta de cobertura, quadro de áreas, índices urbanísticos e 3D) e ainda todos aqueles previstos como projetos arquitetônicos.	m ²	10.000	R\$ 6,95	R\$ 69.500,00
	3	Projeto estrutural de edificação (fundação, infraestrutura, superestrutura e cobertura), concreto/metálica/madeira.	m ²	10.000	R\$ 5,10	R\$ 51.000,00
	4	Somente projeto estrutural em aço (metálica)	m ²	3.000	R\$ 3,80	R\$ 11.400,00
	5	Somente projeto de fundações	m ²	1.000	R\$ 4,25	R\$ 4.250,00
	6	Projeto elétrico em baixa tensão (com entrada de energia), inclusive climatização.	m ²	10.000	R\$ 2,80	R\$ 28.000,00



7	Projeto preventivo contra incêndio (todos os sistemas) – PPCI ou RPCI	m ²	12.000	R\$ 4,50	R\$ 54.000,00
8	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual até 10 contribuintes.	UN	25	R\$ 1.000,00	R\$ 25.000,00
9	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 10 a 20 contribuintes.	UN	15	R\$ 1.500,00	R\$ 22.500,00
10	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 20 a 50 contribuintes.	UN	10	R\$ 2.000,00	R\$ 20.000,00
11	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual acima de 50 contribuintes.	UN	8	R\$ 2.500,00	R\$ 20.000,00
12	Projetos para reforma de edificação (identificação de áreas a manter, a demolir e a construir/ampliar) – Projeto arquitetônico	m ²	6.000	R\$ 5,30	R\$ 31.800,00
13	Somente projeto Paisagístico	m ²	1.000	R\$ 1,70	R\$ 1.700,00
14	Somente projeto Urbanístico	m ²	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
15	Somente projeto de acessibilidade	m ²	1.500	R\$ 2,25	R\$ 3.375,00
16	Somente projeto técnico de vedação de superfícies verticais e horizontais (impermeabilizações)	m ²	3.000	R\$ 1,35	R\$ 4.050,00
17	Projeto de telefonia e rede lógica	m ²	10.000	R\$ 3,50	R\$ 35.000,00

	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
LOTE 02	1	Cadastro técnico de edificações (medições in loco e projeto arquitetônico completo PDF, DWG e 3D).	m ²	20.000	R\$ 7,30	R\$ 146.000,00
	2	Projeto arquitetônico (planta de situação, planta de localização, plantas baixas, cortes, fachadas, planta de cobertura, quadro de áreas, índices urbanísticos e 3D) e	m ²	20.000	R\$ 6,70	R\$ 134.000,00



	ainda todos aqueles previstos como projetos arquitetônicos.				
3	Projeto estrutural de edificação (fundação, infraestrutura, superestrutura e cobertura), concreto/metálica/madeira.	m ²	20.000	R\$ 5,00	R\$ 100.000,00
4	Somente projeto estrutural em aço (metálica)	m ²	20.000	R\$ 3,65	R\$ 73.000,00
5	Somente projeto de fundações	m ²	5.000	R\$ 4,20	R\$ 21.000,00
6	Projeto elétrico em baixa tensão (com entrada de energia), inclusive climatização.	m ²	20.000	R\$ 2,50	R\$ 50.000,00
7	Projeto preventivo contra incêndio (todos os sistemas) – PPCI ou RPCI	m ²	25.000	R\$ 3,20	R\$ 80.000,00
8	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual até 10 contribuintes.	UN	5	R\$ 1.000,00	R\$ 5.000,00
9	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 10 a 20 contribuintes.	UN	5	R\$ 1.800,00	R\$ 9.000,00
10	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 20 a 50 contribuintes.	UN	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
11	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual acima de 50 contribuintes.	UN	15	R\$ 3.000,00	R\$ 45.000,00
12	Projetos para reforma de edificação (identificação de áreas a manter, a demolir e a construir/ampliar) – Projeto arquitetônico	m ²	10.000	R\$ 5,00	R\$ 50.000,00
13	Somente projeto Paisagístico	m ²	5.000	R\$ 1,70	R\$ 8.500,00
14	Somente projeto Urbanístico	m ²	5.000	R\$ 3,00	R\$ 15.000,00
15	Somente projeto de acessibilidade	m ²	5.000	R\$ 2,00	R\$ 10.000,00
16	Somente projeto técnico de vedação de superfícies verticais e horizontais (impermeabilizações)	m ²	10.000	R\$ 1,35	R\$ 13.500,00



	17	Projeto de telefonia e rede lógica	m ²	20.000	R\$ 3,50	R\$ 70.000,00
--	----	------------------------------------	----------------	--------	----------	---------------

LOTE 03	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Muro de contenção (gravidade, arrimo, etc)	m ²	500	R\$ 9,50	R\$ 4.750,00

LOTE 04	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Projeto elétrico alta tensão	m ²	20.000	R\$ 3,80	R\$ 76.000,00
2	Projeto elétrico de energia sustentável (placas solares)	m ²	5.000	R\$ 2,50	R\$ 12.500,00	

LOTE 05	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Terraplenagem, inclusive orçamento e levantamento topográfico.	m ²	3.000	R\$ 1,15	R\$ 3.450,00
	2	Projeto de pavimentação asfáltica sobre terra, levantamento topográfico, estudos geotécnicos, projetos de terraplenagem, de pavimentação, de sinalização viária vertical e horizontal e projeto de obras complementares.	m ²	60.000	R\$ 1,15	R\$ 69.000,00
	3	Projeto de pavimentação asfáltica sobre calçamento ou asfalto existente (recapeamento), levantamento topográfico, estudos geotécnicos, projetos de pavimentação, de drenagem pluvial, de sinalização viária vertical e horizontal.	m ²	60.000	R\$ 1,15	R\$ 69.000,00
4	Projeto de pavimentação poliédrica, paver ou blocos de concreto, sobre terra, incluindo orçamento, levantamento topográfico, estudos geotécnicos, projetos de terraplenagem, de sinalização viária vertical e horizontal.	m ²	5.000	R\$ 1,15	R\$ 5.750,00	



	5	Projeto de rede de drenagem pluvial com dispositivos auxiliares (CP, BL, PV, etc.), inclusive cálculo da contribuição e inclusive levantamento topográfico e orçamento.	m ²	20.000	R\$ 2,00	R\$ 40.000,00
	6	Rede de coleta de esgoto, inclusive levantamento topográfico e orçamento.	m ²	20.000	R\$ 1,20	R\$ 24.000,00

LOTE 05	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Levantamento topográfico e cadastro técnico até 500 m ²	m ²	20.000	R\$ 1,35	R\$ 27.000,00
	2	Levantamento topográfico e cadastro técnico de 500 m ² até 2.000 m ² .	m ²	40.000	R\$ 2,95	R\$ 118.000,00
	3	Levantamento topográfico e cadastro técnico de 2.000 m ² até 10.000 m ² .	m ²	60.000	R\$ 2,80	R\$ 168.000,00
	4	Levantamento topográfico e cadastro técnico acima de 10.000 m ² .	m ²	60.000	R\$ 2,50	R\$ 150.000,00

LOTE 07	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Residencial Urbano	UN	15	R\$ 500,00	R\$ 7.500,00
	2	Apartamento	UN	15	R\$ 500,00	R\$ 7.500,00
	3	Área Rural	UN	15	R\$ 500,00	R\$ 7.500,00
	4	Fração ideal	UN	15	R\$ 500,00	R\$ 7.500,00
	5	Terreno s/benfeitorias	UN	15	R\$ 450,00	R\$ 6.750,00
6	Comercial ou Misto	UN	15	R\$ 600,00	R\$ 9.000,00	



3) ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame ([art. 164 da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar do recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento ([art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.3 Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas ([art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.4 Esclarecimentos, impugnações, recursos e demais solicitações relativas a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, podem ser solicitados diretamente no Setor de Licitações do Município de Xaxim ou ainda pelo e-mail: licitacao@xaxim.sc.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h;

4) VEDAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 São vedações para credenciamento e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#):

I - Agente público de órgão ou entidade INTERESSADO ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria ([art. 9º, § 1º](#));

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, I c/c § 3º](#));

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários ([art. 14, II](#)). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, § 3º](#));

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ([art. 14, III](#));

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao INTERESSADO que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do INTERESSADO ([art. 14, § 3º](#)).

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na



gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV](#));

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si ([art. 14, V](#));

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista ([art. 14, VI](#));

VIII - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 ([art. 14, § 5º](#));

IX - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada ([art. 15, IV](#));

X - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ([art. 48, p. ú.](#));

XI - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 122, § 3º](#)).

4.2 O licitante **deverá** apresentar declaração que não incorre nos impedimentos (ANEXO III).

5) CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD ([LEI Nº 13.709/2018](#))

5.1 Para finalidade da efetiva participação do INTERESSADO no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

5.2 O INTERESSADO obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

5.3 O MUNICÍPIO e o INTERESSADO, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

5.4 O INTERESSADO declara que tem ciência da existência da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e



deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar (ANEXO IV).

5.5 É vedado ao INTERESSADO a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

5.6 O INTERESSADO fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

5.7 As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

5.8 O INTERESSADO será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo INTERESSADO de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

5.9 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

5.10 As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

5.11 Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) INTERESSADO(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

5.12 Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) INTERESSADO(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6) REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

6.1 O interessado que tiver interesse em ser credenciado **deverá** encaminhar a documentação no local e horário indicado no preâmbulo, em envelope devidamente lacrado,



a qual terá caráter sigiloso até o momento em que a Comissão de Contratação se reunir para receber, examinar e julgar documentos, podendo ser disponibilizada estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.2 Por analogia ao [art. 12 da Lei nº 14.133/2021](#):

- I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no [art. 52 da Lei nº 14.133/2021](#) (licitações internacionais);
- III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do interessado ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento do processo ou a invalidação do processo;
- IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
- VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;
- VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

7) DOCUMENTAÇÃO PARA SER CREDENCIADO

7.1 O interessado em ser credenciado deverá apresentar a seguinte documentação:

7.1.1 PESSOA JURÍDICA:

- I - Declaração Unificada (ANEXO III);
- II - Declaração LGPD (ANEXO IV);
- III - Proposta (ANEXO V);
- IV - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#) ([art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021](#));

V - COMPROVAÇÃO JURÍDICA ([art. 66 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:
 - i) Estatuto ou contrato social;
 - ii) Ato constitutivo;
 - iii) Registro comercial;
 - iv) Decreto de autorização.
- b) Autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

VI - COMPROVAÇÃO TÉCNICA ([art. 67 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Certidão de Registro e Regularidade da Empresa e do seu(s) Responsável(is) Técnico(s) e demais profissionais técnicos integrados do quadro técnico da empresa, junto ao Conselho Regional competente de sua área de atuação, da localidade da sede da licitante, pessoa Jurídica e Física em vigência.



a.1 A proponente que não é sediada no Estado de Santa Catarina deverá apresentar o Registro no Órgão competente do estado em que está sediada e apresentar no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, o visto do órgão competente em de Santa Catarina.

b) Comprovação da Capacidade Técnica Operacional e Profissional: Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome do(s) Profissional(is) Responsável (is) Técnico(s) da licitante e em nome da proponente (empresa) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) devidamente registrada(s) pelo CREA/CAU, CFTA e ou CRECI comprovando a elaboração de projetos e/ou execução dos serviços técnicos constante no edital.

c) O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado (s) deve (m) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado, do Contratante, identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço), projetos e ou serviços técnicos elaborados/executados com respectivas quantidades, identificação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou RRT de referência, data e local.

d) Declaração formal de disponibilidade de equipamentos necessários e de equipe técnica habilitada em quantidade compatível para realização dos serviços técnicos especializados objeto da licitação, bem como indicação do (s) Responsável (is) Técnico (s) pela execução de cada tipo de projeto e demais serviços técnicos constantes no ANEXO I, assinada pelo responsável legal da empresa.

e) Declaração de disponibilidade de material e pessoal adequado e qualificado para a realização do objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa

f) A credenciada deverá informar no ANEXO VII, as atividades para as quais possui competência atestada e que está apta a executá-la(s) para cada lote.

g) No caso de necessidade de substituição do profissional, a empresa deverá apresentar toda a documentação do edital referente ao credenciamento do novo profissional, antes da prestação do serviço demandado pela Prefeitura de Xaxim

h) Comprovação de que a Proponente possui, em seu quadro permanente na data prevista para a entrega das propostas, profissionais de nível superior, das áreas de Engenharia Civil e/ou, Arquitetura, Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico e Agrimensor e ou Topografo, com capacidade técnica para elaboração dos projetos e demais serviços técnicos constante no Anexo I, bem como em quantidades suficiente para atender as demandas de projetos e serviços técnicos do anexo I, dentro do cronograma pré-determinado, devendo possuir no mínimo os seguintes profissionais para habilitação em cada grupo de projetos ou serviços (Lotes):

LOTE 01 – PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA COM AREA ATÉ 1500 m²: Reforma, Ampliação e ou ter no mínimo 02(dois) profissionais da área de engenharia (engenheiro civil e/ou arquiteto);

LOTE 02 – PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA COM AREA SUPERIOR A 1500 m²: Reforma, Ampliação e ou ter no mínimo 02(dois) profissionais da área de engenharia (engenheiro civil e/ou arquiteto);

LOTE 03 – PROJETOS DE MUROS DE CONTENÇÃO: 1(um) Engenheiro civil, 1(um) Engenheiro Elétrico e 1(um) Engenheiro Mecânico;

LOTE 04 – PROJETOS ELÉTRICOS ALTA TENSÃO E SUSTENTÁVEL: 1(um) Engenheiro Elétrico



LOTE 05 – PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS CORRELACIONADOS: 02 (dois) profissionais da área de engenharia com no mínimo 1 (um) engenheiro Civil e 1 (um) Topógrafo e ou Agrimensor.

LOTE 06 – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO: Engenheiro Agrimensor e ou Topógrafo

LOTE 07 - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS - Pessoa física e/ou pessoa jurídica, inclusive empresa Individual, devidamente registrada no CREA, CAU, CFTA e ou CRECI e objeto social que contemple atividades para avaliação de imóveis residenciais urbanos, apartamentos, imóveis rurais, terrenos, glebas, imóveis comerciais, croquis, memoriais descritivos, entre outros.

VII - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA ([art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) CPF ou CNPJ;
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, SE HOUVER, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social:
 - i) Pessoa Jurídica:
<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>
 - ii) Pessoa Física:
<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>
- d) Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;
- e) Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Regularidade com o FGTS: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>
- g) Regularidade com a Justiça do Trabalho: <https://www.tst.jus.br/certidao1>
- h) Cumprimento do [art. 7º, XXXIII da CF/88](#): *proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.*

VIII - COMPROVAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA ([art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do interessado;

7.1.2 PESSOA FÍSICA:

- I - Declaração Unificada (ANEXO III);
- II - Declaração LGPD (ANEXO IV);
- III - Proposta (ANEXO V);
- IV - Documentos pessoais, como CPF, Carteira de Identidade ou CNH;
- V - Regularidade com a Fazenda Federal;
- VI - Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- VII - Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- VIII - Regularidade com o FGTS;
- IX - Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- X - Certidão negativa de insolvência civil, que contemple o domicílio ou sede do interessado;



XI - Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;

XII - Quanto à qualificação técnica: varia de acordo com o objeto; se for o caso, também é possível pedir:

a) Certidões ou atestados de qualificação técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido os materiais ou prestado os serviços compatíveis com o objeto da licitação, sendo aceitos certidões ou atestados que informem que a pessoa física forneceu materiais ou prestou serviços compatíveis com o objeto da licitação quando não era trabalhador autônomo e/ou quando possuía qualquer vínculo de subordinação.

8) AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

8.1 No prazo máximo de **05 dias úteis**, a contar da data do protocolo da documentação pelo interessado, a Comissão de Contratação deverá lavrar ata quanto ao recebimento, exame e julgamento da documentação.

8.1.1 É responsabilidade da Comissão de Contratação verificar a existência de sanção que impeça a participação no credenciamento ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#):

I - [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#);

II - [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#).

8.1.2 A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

8.1.3 A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

8.1.4 A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)¹.

8.2 A Comissão de Contratação poderá oferecer prazo máximo de **05 dias úteis** para o interessado regularizar documentação, não sendo permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do chamamento;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

8.2.1 Na análise dos documentos a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de aptidão ao credenciamento ([art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

¹ **Contratação inidônea**

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Penal - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Penal - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma penal do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma penal do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.



9) CREDENCIAMENTO

9.1 A ata lavrada pela Comissão de Contratação será encaminhada à autoridade competente a fim de que, prazo máximo de **10 dias úteis** a contar da entrega da ata pela Comissão, o interessado seja declarado credenciado ou não credenciado.

9.1.1 O interessado será formalmente notificado sobre a decisão da autoridade competente, sendo a notificação substituída no caso de publicação de ato legal nos locais indicados nas disposições finais deste edital.

9.1.2 A vigência do credenciamento se encerrará no mesmo dia da vigência deste edital.

9.2 A autoridade competente poderá aplicar, no que couber, o disposto no [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#):

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar o processo por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação do processo, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - Homologar o processo.

9.2.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa ([art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.2.2 O motivo determinante para a revogação do processo deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado ([art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.2.3 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados ([art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.2.4 A anulação do processo induz à do contrato.

9.3 Não serão credenciados os interessados que apresentarem documentação que ([art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - O preço for superior ao estipulado pelo Município;
- IV - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10) RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

10.1 Qualquer interessado poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis, nos casos previstos no [art. 165, I da Lei nº 14.133/2021](#).

10.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento ([art. 165, I da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.3 O recurso:

- I - Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida ([art. 165, § 2º \[primeira parte\] da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso ([art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#));
- III - Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se



apresentadas) e proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte](#));

IV - Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte](#));

V - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento ([art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.4 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados ([art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.5 Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.6 Quando aplicada sanção prevista no [art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#):

I - Cabe recurso ([art. 166 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Sanções previstas nos [incisos I, II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#);

b) Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

d) Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

II - Cabe pedido de reconsideração ([art. 167 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Sanção prevista no [inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#);

b) Pedido deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.7 Sobre recursos e pedidos de reconsideração:

I - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente ([art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021](#));

II - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias ([art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#));

III - Será assegurado ao INTERESSADO vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses ([art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)).

11) CONTRATAÇÃO VIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

11.1 O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no [art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.1.1 A contratação apenas poderá ocorrer no período de vigência deste edital.



11.2 Para a contratação do credenciado deverá ser feito Documento de formalização de demanda, a fim de ser formalizada contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no [art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.2.1 O Documento de Formalização de Demanda – DFD deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, bem como deverá ser indicada a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, quando houver.

11.2.2 Ainda, o Documento de Formalização de Demanda – DFD deverá apresentar justificativa para realização da contratação direta de credenciado ao invés da realização de processo licitatório, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público.

11.3 A contratação direta, via inexigibilidade de licitação, deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, sempre com estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

11.4 É proibido o cometimento a terceiros do objeto contratado.

12) OBRIGAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. A empresa credenciada obriga-se a executar os serviços, de forma integral, de acordo com as especificações técnicas, bem como em conformidade com as normas técnicas vigentes; independentemente de algum item estar incluso em apenas um dos documentos técnicos ou apenas no corpo do edital.

II. A contratada responsabilizar-se-á pela qualidade da prestação dos serviços, elaborando projetos de acordo com as normas técnicas e em conformidade com o que foi solicitado, sob pena de refazer, a pedido do contratante, mesmo após entregue, todos os serviços que não atenderem as especificações e normas técnicas.

III. A contratada deverá cumprir todos os prazos legais pré-estabelecidos na solicitação, atendendo fielmente o cronograma dos serviços, salvo fato superveniente que deverá ser devidamente documentado e justificado tecnicamente, sob pena das implicações legais cabíveis.

IV. Entregar todos os projetos, estudos, documentos técnicos complementares e demais serviços técnicos com seus respectivos memoriais descritivos, memorial de cálculo de quantitativo do orçamento, planilha orçamentária em modelo a ser definido pelo contratante, cotações de preços e composições de orçamentos, laudos, cronograma, detalhamentos necessários e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), conforme solicitado pela contratante no momento do pedido de realização do projeto ou serviço técnico;

V. Os itens de projetos a serem elaborados deverão contemplar a elaboração de documentos complementares incluindo orçamento, memorial descritivo, memorial de cálculo, composições unitárias, cotações, BDI e cronograma físico-financeiro para licitação, já incluso no valor global do item, detalhamentos necessários, anotações de responsabilidade técnica (ART ou RRT).

VI. Todo projeto deve atender a legislação municipal e as normativas vigentes e deve ser desenvolvido em plataforma BIM e entregue em formato digital quando for solicitado.

VII. Fica o credenciado responsável por ajustar e readequar todos os projetos que forem encaminhados para órgãos concedentes de recursos, federais ou estaduais, por um período de 12 meses após a entrega do objeto. Também fica o credenciado responsável por prestar esclarecimentos durante a execução da obra, quando necessário.

12.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



I - Apresentar Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho, especificando as quantidades de cada procedimento que deverá ser realizado.

II - Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, acompanhada de relatório constando o nome do paciente, procedimento realizado e data de realização.

III - Fiscalizar os serviços.

IV - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do órgão gerenciador.

12.3 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

12.4 DAS PENALIDADES:

I – ADVERTÊNCIA (art. 156, § 2º): será aplicada por escrito, quando o CONTRATADO deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou entrega dos bens, bem como por atos que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução deste instrumento, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros;

II – MULTAS (art. 156, § 3º): serão aplicadas por infrações que obstaculizem a concretização do objeto licitado, por culpa do CONTRATADO, e compreenderão:

a) Atraso de até 10 (dez) dias na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **5%** (cinco por cento) do valor atualizado do contrato;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **10%** (dez por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;

c) Será aplicada multa de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer das obrigações contidas no edital, ressalvadas aquelas para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;



12.4.1 A multa deverá ser recolhida aos cofres do Município de Xaxim, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva notificação.

12.4.2 Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela descontada dos créditos existentes em nome da CONTRATADA ou, não havendo esses ou sendo ela maior que crédito, lançados em dívida ativa e/ou cobrada judicialmente com ônus ao devedor em qualquer hipótese;

12.4.3 As multas previstas neste inciso são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, em seus limites incidentes sobre cada uma delas;

III – IMPEDIMENTO de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Xaxim, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º): A licitante será sancionada com a pena de impedimento de licitar ou contratar com este Município e será descredenciada do seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º): nos seguintes casos Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- a) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 Para aplicação das sanções (art. [156, § 6º, I](#), [157](#) e [158](#) da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

- a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

II - Incisos III e IV do item 1:



- a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- b) O contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) *Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;*
 - ii) *Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;*
 - iii) *Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa;*

12.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.8 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.10 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.11 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções



por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.12 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

a) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.13 É admitida a reabilitação do INTERESSADO ou contratado perante o Município de Xaxim, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

12.14 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do INTERESSADO ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

13) DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O interessado assume a responsabilidade de acompanhar todos os atos relativos à este procedimento auxiliar nos locais indicados no item 3 deste tópico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

13.2 Sobre a contagem dos prazos:

- I - Sempre observará o [art. 183 da Lei nº 14.133/2021](#);
- II - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos INTERESSADOS para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

13.3 Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Página do Município de Xaxim (www.xaxim.sc.gov.br/licitacoes);
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#));
- IV - Jornal diário de grande circulação local ([art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.4 O edital e todos os seus anexos serão divulgados na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso ([art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).



PREFEITURA DE
XAXIM

13.5 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Setor de Licitações do Município de Xaxim ou ainda pelo e-mail: susana.barros@xaxim.sc.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h

13.6 Os casos omissos serão dirimidos com estrita observância à [Lei nº 14.133/2021](#).

13.7 As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Xaxim, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Xaxim, 23 de outubro de 2024.

Edilson Antônio Folle
Prefeito Municipal



**ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º

UNIDADE ADMINISTRATIVA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Obras

0. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar a melhor solução para supri-la no mercado, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

Devido à alta demanda por projetos e à insuficiência de pessoal técnico para sua elaboração, torna-se necessário o credenciamento de empresas técnicas especializadas, a fim de atender às diversas necessidades da administração.

Os projetos de engenharia frequentemente requerem conhecimentos técnicos especializados e habilidades específicas, que podem não estar integralmente disponíveis na equipe interna. Empresas credenciadas com expertise técnica asseguram a aplicação das melhores práticas e técnicas atualizadas, resultando em projetos mais eficazes e precisos.

Com a parceria de empresas especializadas, a Administração Municipal pode garantir que os projetos sejam concluídos dentro dos prazos estabelecidos e com o orçamento previsto. A contratação e o credenciamento dessas empresas constituem uma medida estratégica essencial para a Administração Municipal, pois não só respondem à crescente demanda por projetos, mas também aprimoram a qualidade e eficiência de sua execução, assegurando o cumprimento das normas e a satisfação das necessidades da comunidade.

Necessidade e Demanda

As empresas credenciadas serão convocadas para a elaboração de projetos conforme a necessidade da administração e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis aos projetos a serem elaborados.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

O Município de Xaxim ainda não dispõe de Plano de Contratações Anual (PCA). Entretanto, ressalta-se que se trata de documento facultativo conforme inciso VII do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o atendimento dessa demanda devem ser respeitados os seguintes requisitos:

Execução dos serviços previstos nos anexos do ETP, respeitando rigorosamente as informações contidas no termo de referência, de forma a executar os serviços respeitando-se as legislações, orientações da fiscalização e normas técnicas vigentes.

Obrigações da contratante:

Definir a necessidade inicial e fornecer a ideia preliminar, juntamente com os dados do



terreno. emitir ordem de serviço e autorização de fornecimento; supervisionar o desenvolvimento dos projetos, oferecendo suporte e esclarecendo dúvidas sempre que necessário; efetuar o pagamento conforme definido no ato convocatório, mediante execução dos serviços e apresentação da fatura (nota fiscal), desde que todas as exigências previstas na ordem de serviço sejam devidamente atendidas.

A fiscalização dos serviços será feita pelo Município, por meio do seu responsável técnico, portanto, em qualquer ocasião, a contratada deverá submeter-se ao que for determinado pelo fiscal.

Em caso de dúvidas na elaboração dos serviços, poderá a fiscalização solicitar paralisação dos serviços, bem como exigir que sejam refeitos, quando eles não forem elaborados de acordo com as especificações solicitadas, ou de acordo com as normas pertinentes. As despesas decorrentes de tais atos serão de inteira responsabilidade da contratada.

A presença da fiscalização não exime e sequer diminui a responsabilidade da contratada perante a legislação vigente.

Obrigações da Proponente/Contratada:

A empresa credenciada obriga-se a executar os serviços, de forma integral, de acordo com as especificações técnicas, bem como em conformidade com as normas técnicas vigentes; independentemente de algum item estar incluso em apenas um dos documentos técnicos ou apenas no corpo do edital.

A contratada responsabilizar-se-á pela qualidade da prestação dos serviços, elaborando projetos de acordo com as normas técnicas e em conformidade com o que foi solicitado, sob pena de refazer, a pedido do contratante, mesmo após entrega, todos os serviços que não atenderem as especificações e normas técnicas.

A contratada deverá cumprir todos os prazos legais pré-estabelecidos na solicitação, atendendo fielmente o cronograma dos serviços, salvo fato superveniente que deverá ser devidamente documentado e justificado tecnicamente, sob pena das implicações legais cabíveis.

Entregar todos os projetos, estudos, documentos técnicos complementares e demais serviços técnicos com seus respectivos memoriais descritivos, memorial de cálculo de quantitativo do orçamento, planilha orçamentária em modelo a ser definido pelo contratante, cotações de preços e composições de orçamentos, laudos, cronograma, detalhamentos necessários e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), conforme solicitado pela contratante no momento do pedido de realização do projeto ou serviço técnico;

Os itens de projetos a serem elaborados deverão contemplar a elaboração de documentos complementares incluindo orçamento, memorial descritivo, memorial de cálculo, composições unitárias, cotações, BDI e cronograma físico-financeiro para licitação, já incluso no valor global do item, detalhamentos necessários, anotações de responsabilidade técnica (ART ou RRT).

Todo projeto deve atender a legislação municipal e as normativas vigentes e deve ser desenvolvido em plataforma BIM e entregue em formato digital.

Fica o credenciado responsável por ajustar e readequar todos os projetos que forem encaminhados para órgãos concedentes de recursos, federais ou estaduais, por um período de 12 meses após a entrega do objeto. Também fica o credenciado responsável por prestar esclarecimentos durante a execução da obra, quando necessário.

Qualificação técnica:

Certidão de Registro e Regularidade da Empresa e do seu(s) Responsável(is) Técnico(s)



e demais profissionais técnicos integrados do quadro técnico da empresa, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da localidade da sede da licitante, pessoa Jurídica e Física em vigência; A proponente que não é sediada no Estado de Santa Catarina deverá apresentar o Registro no CREA/CAU do estado em que está sediada e apresentar no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, o visto do CREA/CAU de Santa Catarina;

Comprovação de que a Proponente possui, em seu quadro permanente na data prevista para a entrega das propostas, profissionais de nível superior, das áreas de Engenharia Civil e/ou, Arquitetura, Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico e Agrimensor e ou Topógrafo, com capacidade técnica para elaboração dos projetos e demais serviços, bem como em quantidades suficiente para atender as demandas de projetos e serviços técnicos, devendo possuir no mínimo os seguintes profissionais para habilitação em cada grupo de projetos ou serviços (Lotes):

LOTE 01 – PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA COM AREA ATÉ 1500 m²: Reforma, Ampliação e ou ter no mínimo 02(dois) profissionais da área de engenharia (engenheiro civil e/ou arquiteto);

LOTE 02 – PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA COM AREA SUPERIOR A 1500 m²: Reforma, Ampliação e ou ter no mínimo 02(dois) profissionais da área de engenharia (engenheiro civil e/ou arquiteto);

LOTE 03 – PROJETOS DE MUROS DE CONTENÇÃO: 1(um) Engenheiro civil, 1(um) Engenheiro Elétrico e 1(um) Engenheiro Mecânico;

LOTE 04 – PROJETOS ELÉTRICOS ALTA TENSÃO E SUSTENTÁVEL: 1(um) Engenheiro Elétrico

LOTE 05 – PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS CORRELACIONADOS: 02 (dois) profissionais da área de engenharia com no mínimo 1 (um) engenheiro Civil e 1 (um) Topógrafo e ou Agrimensor.

LOTE 06 – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO: Engenheiro Agrimensor e ou Topógrafo

LOTE 07 - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS - Pessoa física e/ou pessoa jurídica, inclusive empresa Individual, devidamente registrada no CREA, CAU, CFTA e ou CRECI e objeto social que contemple atividades para avaliação de imóveis residenciais urbanos, apartamentos, imóveis rurais, terrenos, glebas, imóveis comerciais, croquis, memoriais descritivos, entre outros.

A Comprovação de vínculo do (s) responsável (is) técnico (s) com a licitante (engenheiro civil e/ou arquiteto, engenheiro elétrico, engenheiro mecânico, agrimensor e ou topógrafo) do quadro permanente se dará através do Contrato Social, em se tratando de sócio da empresa, no caso de empregado, mediante apresentação de Cópia da Carteira de Trabalho e do Livro de Registro de empregados ou Contrato de Prestação de Serviços ou ainda, ART/RRT de Cargo e Função emitida pelo Conselho Profissional responsável (CREA, CAU, CFTA e ou CRECI); observadas a participação do qualificação para cada lote.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE S DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

O valor da contratação será preferencialmente baseado em levantamento mercadológico.

LOTE 01	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Cadastro técnico de edificações (medições in	m ²	10.000	7,3	R\$ 73.000,00



	loco e projeto arquitetônico completo PDF, DWG e 3D).				
2	Projeto arquitetônico (planta de situação, planta de localização, plantas baixas, cortes, fachadas, planta de cobertura, quadro de áreas, índices urbanísticos e 3D) e ainda todos aqueles previstos como projetos arquitetônicos.	m ²	10.000	6,95	R\$ 69.500,00
3	Projeto estrutural de edificação (fundação, infraestrutura, superestrutura e cobertura), concreto/metálica/madeira.	m ²	10.000	5,1	R\$ 51.000,00
4	Somente projeto estrutural em aço (metálica)	m ²	3.000	3,8	R\$ 11.400,00
5	Somente projeto de fundações	m ²	1.000	4,25	R\$ 4.250,00
6	Projeto elétrico em baixa tensão (com entrada de energia), inclusive climatização.	m ²	10.000	2,8	R\$ 28.000,00
7	Projeto preventivo contra incêndio (todos os sistemas) – PPCI ou RPCI	m ²	12.000	4,5	R\$ 54.000,00
8	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual até 10 contribuintes.	UN	25	1000	R\$ 25.000,00
9	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 10 a 20 contribuintes.	UN	15	1500	R\$ 22.500,00



10	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 20 a 50 contribuintes.	UN	10	2000	R\$ 20.000,00
11	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual acima de 50 contribuintes.	UN	8	2500	R\$ 20.000,00
12	Projetos para reforma de edificação (identificação de áreas a manter, a demolir e a construir/ampliar) – Projeto arquitetônico	m ²	6.000	5,3	R\$ 31.800,00
13	Somente projeto Paisagístico	m ²	1.000	1,7	R\$ 1.700,00
14	Somente projeto Urbanístico	m ²	500	3	R\$ 1.500,00
15	Somente projeto de acessibilidade	m ²	1.500	2,25	R\$ 3.375,00
16	Somente projeto técnico de vedação de superfícies verticais e horizontais (impermeabilizações)	m ²	3.000	1,35	R\$ 4.050,00
17	Projeto de telefonia e rede lógica	m ²	10.000	3,5	R\$ 35.000,00

	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
LOTE 02	1	Cadastro técnico de edificações (medições in loco e projeto arquitetônico completo PDF, DWG e 3D).	m ²	20.000	7,3	R\$ 146.000,00
	2	Projeto arquitetônico (planta de situação, planta de localização, plantas baixas, cortes, fachadas,	m ²	20.000	6,7	R\$ 134.000,00



	planta de cobertura, quadro de áreas, índices urbanísticos e 3D) e ainda todos aqueles previstos como projetos arquitetônicos.				
3	Projeto estrutural de edificação (fundação, infraestrutura, superestrutura e cobertura), concreto/metálica/madeira.	m ²	20.000	5	R\$ 100.000,00
4	Somente projeto estrutural em aço (metálica)	m ²	20.000	3,65	R\$ 73.000,00
5	Somente projeto de fundações	m ²	5.000	4,2	R\$ 21.000,00
6	Projeto elétrico em baixa tensão (com entrada de energia), inclusive climatização.	m ²	20.000	2,5	R\$ 50.000,00
7	Projeto preventivo contra incêndio (todos os sistemas) – PPCI ou RPCI	m ²	25.000	3,2	R\$ 80.000,00
8	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual até 10 contribuintes.	UN	5	1000	R\$ 5.000,00
9	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 10 a 20 contribuintes.	UN	5	1800	R\$ 9.000,00
10	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 20 a 50 contribuintes.	UN	10	2500	R\$ 25.000,00
11	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto	UN	15	3000	R\$ 45.000,00



		individual acima de 50 contribuintes.				
	12	Projetos para reforma de edificação (identificação de áreas a manter, a demolir e a construir/ampliar) – Projeto arquitetônico	m ²	10.000	5	R\$ 50.000,00
	13	Somente projeto Paisagístico	m ²	5.000	1,7	R\$ 8.500,00
	14	Somente projeto Urbanístico	m ²	5.000	3	R\$ 15.000,00
	15	Somente projeto de acessibilidade	m ²	5.000	2	R\$ 10.000,00
	16	Somente projeto técnico de vedação de superfícies verticais e horizontais (impermeabilizações)	m ²	10.000	1,35	R\$ 13.500,00
	17	Projeto de telefonia e rede lógica	m ²	20.000	3,5	R\$ 70.000,00

LOTE 03	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Muro de contenção (gravidade, arrimo, etc)	m ²	500	9,5	R\$ 4.750,00

LOTE 04	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Projeto elétrico alta tensão	m ²	20.000	3,8	R\$ 76.000,00
2	Projeto elétrico de energia sustentável (placas solares)	m ²	5.000	2,5	R\$ 12.500,00	

LOTE 05	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
---------	------	-----------	--------------	------------	----------------	-------------



1	Terraplenagem, inclusive orçamento e levantamento topográfico.	m ²	3.000	1,15	R\$ 3.450,00
2	Projeto de pavimentação asfáltica sobre terra, levantamento topográfico, estudos geotécnicos, projetos de terraplenagem, de pavimentação, de sinalização viária vertical e horizontal e projeto de obras complementares.	m ²	60.000	1,15	R\$ 69.000,00
3	Projeto de pavimentação asfáltica sobre calçamento ou asfalto existente (recapeamento), levantamento topográfico, estudos geotécnicos, projetos de pavimentação, de drenagem pluvial, de sinalização viária vertical e horizontal.	m ²	60.000	1,15	R\$ 69.000,00
4	Projeto de pavimentação poliédrica, paver ou blocos de concreto, sobre terra, incluindo orçamento, levantamento topográfico, estudos geotécnicos, projetos de terraplenagem, de sinalização viária vertical e horizontal.	m ²	5.000	1,15	R\$ 5.750,00
5	Projeto de rede de drenagem pluvial com dispositivos auxiliares (CP, BL, PV, etc.), inclusive cálculo da contribuição e inclusive levantamento topográfico e orçamento.	m ²	20.000	2	R\$ 40.000,00
6	Rede de coleta de esgoto, inclusive levantamento topográfico e orçamento.	m ²	20.000	1,2	R\$ 24.000,00



LOTE 05	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Levantamento topográfico e cadastro técnico até 500 m ²	m ²	20.000	1,35	R\$ 27.000,00
	2	Levantamento topográfico e cadastro técnico de 500 m ² até 2.000 m ² .	m ²	40.000	2,95	R\$ 118.000,00
	3	Levantamento topográfico e cadastro técnico de 2.000 m ² até 10.000 m ² .	m ²	60.000	2,8	R\$ 168.000,00
	4	Levantamento topográfico e cadastro técnico acima de 10.000 m ² .	m ²	60.000	2,5	R\$ 150.000,00

LOTE 07	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Residencial Urbano	UN	15	500	R\$ 7.500,00
	2	Apartamento	UN	15	500	R\$ 7.500,00
	3	Área Rural	UN	15	500	R\$ 7.500,00
	4	Fração ideal	UN	15	500	R\$ 7.500,00
	5	Terreno s/benfeitorias	UN	15	450	R\$ 6.750,00
	6	Comercial ou Misto	UN	15	600	R\$ 9.000,00

Valor estimado Total: R\$ 2.124.275,00 (dois milhões, cento e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Após a realização de um levantamento de mercado, utilizou-se o método de comparação orçamentária como critério para a escolha da solução a ser contratada. Essa abordagem foi



adotada com o objetivo de garantir a seleção da proposta que melhor atende às necessidades do projeto, aliando qualidade técnica e viabilidade econômica.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

O valor da contratação foi baseado em levantamento mercadológico.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

A solução proposta envolve a realização de um processo de credenciamento de empresas com expertise comprovada em áreas como construção civil, infraestrutura urbana, saneamento básico, mobilidade urbana, entre outros. As empresas credenciadas serão convocadas conforme a demanda específica da administração e a natureza dos projetos a serem desenvolvidos, com base nas necessidades identificadas.

A prefeitura terá um papel ativo no acompanhamento e fiscalização dos projetos, desde a elaboração até a conclusão. O cumprimento dos prazos, a qualidade da execução e a adequação às especificações técnicas serão monitorados continuamente para garantir a entrega eficiente e dentro das expectativas da administração.

Quando aplicável, a credenciada deverá prestar suporte técnico na fase de execução, incluindo a resolução de problemas e eventuais ajustes técnicos no projeto durante a implementação.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Para o serviço demandado, serão contratados itens específicos, sem a necessidade de adquirir o lote completo. Além disso, é possível indicar itens que pertencem a mais de um lote.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

A contratação de uma empresa credenciada permitirá a entrega de projetos mais completos e eficientes, minimizando o risco de atrasos e erros que possam comprometer tanto o orçamento quanto a funcionalidade das obras. Essa abordagem garante maior qualidade e eficiência no processo, contribuindo para o sucesso do projeto como um todo.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Inexistem providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do Contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual. Por esse motivo, com base no artigo 18, § 2, justifica-se que este Estudo Técnico Preliminar deixa de contemplar o disposto no inciso X, § 1º, do artigo 18, da Lei nº 14.133/2021.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES



O município de Xaxim não possui outro processo de credenciamento vigente.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

Na elaboração do projeto, não existem riscos de impactos ambientais. No entanto, durante a execução dos serviços previstos, é fundamental considerar as legislações vigentes relacionadas ao meio ambiente.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Considera-se que o credenciamento de empresas especializadas para a elaboração de projetos atende plenamente às necessidades da prefeitura. Dada a alta demanda por projetos de engenharia, urbanismo e infraestrutura, somada à limitação de recursos técnicos internos, a contratação de empresas privadas é uma solução estratégica e necessária.

A contratação via credenciamento se mostra uma medida adequada e eficaz para suprir as necessidades da prefeitura, garantindo que os projetos sejam desenvolvidos com excelência técnica, eficiência orçamentária e aderência às regulamentações exigidas.

Xaxim, 09 de outubro de 2024.

Nome do Responsável: Cristiano Rocunbach de Oliveira
Cargo/Função: GESTÃO DO CONTRATO
Secretaria: SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XXIII c/c art. 40, § 1º

Xaxim, 09 de outubro de 2024.

OBJETIVO

Abertura de processo Licitatório

INFORMAÇÃO RECURSO PRÓPRIO / VINCULADOS

CONCEDENTE:	Secretaria de Educação – Prefeitura de Municipal Xaxim
Convênio	Não se aplica
Proposta	Não se aplica
Valor do Repasse;	R\$ 0,00
Valor da Contrapartida;	R\$
Valor Total;	R\$ 2.124.275,00 (dois milhões, cento e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais)
RECURSOS	Próprio
Publicação	

ELEMENTOS

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO.
NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO.**

<input type="checkbox"/>	Alienação de bens públicos inservíveis ou imprestáveis;
<input type="checkbox"/>	Locação de bens (inclusive programas de computador);
<input type="checkbox"/>	Fornecimento de bens
<input checked="" type="checkbox"/>	Prestação de serviços;
<input type="checkbox"/>	Execução de obra ou reforma
<input type="checkbox"/>	Aquisição de bens

DECLARAÇÃO E DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO.

DECLARAÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO: Reforma e ampliação da Escola Municipal Santa Terezinha.



OS QUANTITATIVOS SEGUEM EM ANEXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Cadastro técnico de edificações (medições in loco e projeto arquitetônico completo PDF, DWG e 3D).	m ²	10.000	7,3	R\$ 73.000,00
2	Projeto arquitetônico (planta de situação, planta de localização, plantas baixas, cortes, fachadas, planta de cobertura, quadro de áreas, índices urbanísticos e 3D) e ainda todos aqueles previstos como projetos arquitetônicos.	m ²	10.000	6,95	R\$ 69.500,00
3	Projeto estrutural de edificação (fundação, infraestrutura, superestrutura e cobertura), concreto/metálica/madeira.	m ²	10.000	5,1	R\$ 51.000,00
4	Somente projeto estrutural em aço (metálica)	m ²	3.000	3,8	R\$ 11.400,00
5	Somente projeto de fundações	m ²	1.000	4,25	R\$ 4.250,00
6	Projeto elétrico em baixa tensão (com entrada de energia), inclusive climatização.	m ²	10.000	2,8	R\$ 28.000,00
7	Projeto preventivo contra incêndio (todos os sistemas) – PPCI ou RPCI	m ²	12.000	4,5	R\$ 54.000,00
8	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual até 10 contribuintes.	UN	25	1000	R\$ 25.000,00
9	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 10 a 20 contribuintes.	UN	15	1500	R\$ 22.500,00
10	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 20 a 50 contribuintes.	UN	10	2000	R\$ 20.000,00
11	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual acima de 50 contribuintes.	UN	8	2500	R\$ 20.000,00
12	Projetos para reforma de edificação (identificação de áreas a manter, a demolir e	m ²	6.000	5,3	R\$ 31.800,00

LOTE 01



		a construir/ampliar) – Projeto arquitetônico					
	13	Somente projeto Paisagístico	m ²	1.000	1,7	R\$ 1.700,00	
	14	Somente projeto Urbanístico	m ²	500	3	R\$ 1.500,00	
	15	Somente projeto de acessibilidade	m ²	1.500	2,25	R\$ 3.375,00	
	16	Somente projeto técnico de vedação de superfícies verticais e horizontais (impermeabilizações)	m ²	3.000	1,35	R\$ 4.050,00	
	17	Projeto de telefonia e rede lógica	m ²	10.000	3,5	R\$ 35.000,00	
	LOTE 02	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
		1	Cadastro técnico de edificações (medições in loco e projeto arquitetônico completo PDF, DWG e 3D).	m ²	20.000	7,3	R\$ 146.000,00
		2	Projeto arquitetônico (planta de situação, planta de localização, plantas baixas, cortes, fachadas, planta de cobertura, quadro de áreas, índices urbanísticos e 3D) e ainda todos aqueles previstos como projetos arquitetônicos.	m ²	20.000	6,7	R\$ 134.000,00
		3	Projeto estrutural de edificação (fundação, infraestrutura, superestrutura e cobertura), concreto/metálica/madeira.	m ²	20.000	5	R\$ 100.000,00
		4	Somente projeto estrutural em aço (metálica)	m ²	20.000	3,65	R\$ 73.000,00
		5	Somente projeto de fundações	m ²	5.000	4,2	R\$ 21.000,00
		6	Projeto elétrico em baixa tensão (com entrada de energia), inclusive climatização.	m ²	20.000	2,5	R\$ 50.000,00
		7	Projeto preventivo contra incêndio (todos os sistemas) – PPCI ou RPCI	m ²	25.000	3,2	R\$ 80.000,00
		8	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual até 10 contribuintes.	UN	5	1000	R\$ 5.000,00



		9	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 10 a 20 contribuintes.	UN	5	1800	R\$ 9.000,00
		10	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual de 20 a 50 contribuintes.	UN	10	2500	R\$ 25.000,00
		11	Projeto Hidrossanitário com sistema de tratamento de esgoto individual acima de 50 contribuintes.	UN	15	3000	R\$ 45.000,00
		12	Projetos para reforma de edificação (identificação de áreas a manter, a demolir e a construir/ampliar) – Projeto arquitetônico	m ²	10.000	5	R\$ 50.000,00
		13	Somente projeto Paisagístico	m ²	5.000	1,7	R\$ 8.500,00
		14	Somente projeto Urbanístico	m ²	5.000	3	R\$ 15.000,00
		15	Somente projeto de acessibilidade	m ²	5.000	2	R\$ 10.000,00
		16	Somente projeto técnico de vedação de superfícies verticais e horizontais (impermeabilizações)	m ²	10.000	1,35	R\$ 13.500,00
		17	Projeto de telefonia e rede lógica	m ²	20.000	3,5	R\$ 70.000,00
LOTE 03	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total	
	1	Muro de contenção (gravidade, arrimo, etc)	m ²	500	9,5	R\$ 4.750,00	
LOTE 04	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total	
	1	Projeto elétrico alta tensão	m ²	20.000	3,8	R\$ 76.000,00	
	2	Projeto elétrico de energia sustentável (placas solares)	m ²	5.000	2,5	R\$ 12.500,00	
LOTE 05	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total	
	1	Terraplenagem, inclusive orçamento e levantamento topográfico.	m ²	3.000	1,15	R\$ 3.450,00	
	2	Projeto de pavimentação asfáltica sobre terra, levantamento topográfico, estudos geotécnicos,	m ²	60.000	1,15	R\$ 69.000,00	



		projetos de terraplenagem, de pavimentação, de sinalização viária vertical e horizontal e projeto de obras complementares.				
	3	Projeto de pavimentação asfáltica sobre calçamento ou asfalto existente (recapeamento), levantamento topográfico, estudos geotécnicos, projetos de pavimentação, de drenagem pluvial, de sinalização viária vertical e horizontal.	m ²	60.000	1,15	R\$ 69.000,00
	4	Projeto de pavimentação poliédrica, paver ou blocos de concreto, sobre terra, incluindo orçamento, levantamento topográfico, estudos geotécnicos, projetos de terraplenagem, de sinalização viária vertical e horizontal.	m ²	5.000	1,15	R\$ 5.750,00
	5	Projeto de rede de drenagem pluvial com dispositivos auxiliares (CP, BL, PV, etc.), inclusive cálculo da contribuição e inclusive levantamento topográfico e orçamento.	m ²	20.000	2	R\$ 40.000,00
	6	Rede de coleta de esgoto, inclusive levantamento topográfico e orçamento.	m ²	20.000	1,2	R\$ 24.000,00
	LOTE 05					
	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Levantamento topográfico e cadastro técnico até 500 m ²	m ²	20.000	1,35	R\$ 27.000,00
	2	Levantamento topográfico e cadastro técnico de 500 m ² até 2.000 m ² .	m ²	40.000	2,95	R\$ 118.000,00
	3	Levantamento topográfico e cadastro técnico de 2.000 m ² até 10.000 m ² .	m ²	60.000	2,8	R\$ 168.000,00
	4	Levantamento topográfico e cadastro técnico acima de 10.000 m ² .	m ²	60.000	2,5	R\$ 150.000,00
	LOTE 07					
	ITEM	DESCRIÇÃO	Un. de valor	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	1	Residencial Urbano	UN	15	500	R\$ 7.500,00



		2	Apartamento	UN	15	500	R\$ 7.500,00
		3	Área Rural	UN	15	500	R\$ 7.500,00
		4	Fração ideal	UN	15	500	R\$ 7.500,00
		5	Terreno s/benfeitorias	UN	15	450	R\$ 6.750,00
		6	Comercial ou Misto	UN	15	600	R\$ 9.000,00
	<p>Em anexo projeto de engenharia. Valor Global: R\$ 2.124.275,00 (dois milhões, cento e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais) Valor repasse: 0,00 Valor contra Partida: R\$ 2.124.275,00 (dois milhões, cento e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais) Prazo de vigência do contrato: 12 meses.</p>						
2.	<p>ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO. CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA.</p> <p>Devido à alta demanda por projetos e à insuficiência de pessoal técnico para sua elaboração, torna-se necessário o credenciamento de empresas técnicas especializadas, a fim de atender às diversas necessidades da administração.</p> <p>Os projetos de engenharia frequentemente requerem conhecimentos técnicos especializados e habilidades específicas, que podem não estar integralmente disponíveis na equipe interna. Empresas credenciadas com expertise técnica asseguram a aplicação das melhores práticas e técnicas atualizadas, resultando em projetos mais eficazes e precisos.</p> <p>Com a parceria de empresas especializadas, a Administração Municipal pode garantir que os projetos sejam concluídos dentro dos prazos estabelecidos e com o orçamento previsto. A contratação e o credenciamento dessas empresas constituem uma medida estratégica essencial para a Administração Municipal, pois não só respondem à crescente demanda por projetos, mas também aprimoram a qualidade e eficiência de sua execução, assegurando o cumprimento das normas e a satisfação das necessidades da comunidade.</p>						
3.	<p>FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS.</p> <p>A contratação está fundamentada no estudo técnico preliminar do mesmo objeto.</p>						
4.	<p>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.</p>						



	<p>As empresas credenciadas serão convocadas para a elaboração de projetos conforme a necessidade da administração e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis aos projetos a serem elaborados.</p>
5.	<p>REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.</p> <p><i>Obrigações da Proponente/Contratada:</i></p> <p>A empresa credenciada obriga-se a executar os serviços, de forma integral, de acordo com as especificações técnicas, bem como em conformidade com as normas técnicas vigentes; independentemente de algum item estar incluso em apenas um dos documentos técnicos ou apenas no corpo do edital.</p> <p>A contratada responsabilizar-se-á pela qualidade da prestação dos serviços, elaborando projetos de acordo com as normas técnicas e em conformidade com o que foi solicitado, sob pena de refazer, a pedido do contratante, mesmo após entregue, todos os serviços que não atenderem as especificações e normas técnicas.</p> <p>A contratada deverá cumprir todos os prazos legais pré-estabelecidos na solicitação, atendendo fielmente o cronograma dos serviços, salvo fato superveniente que deverá ser devidamente documentado e justificado tecnicamente, sob pena das implicações legais cabíveis.</p> <p>Entregar todos os projetos, estudos, documentos técnicos complementares e demais serviços técnicos com seus respectivos memoriais descritivos, memorial de cálculo de quantitativo do orçamento, planilha orçamentária em modelo a ser definido pelo contratante, cotações de preços e composições de orçamentos, laudos, cronograma, detalhamentos necessários e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), conforme solicitado pela contratante no momento do pedido de realização do projeto ou serviço técnico;</p> <p>Os itens de projetos a serem elaborados deverão contemplar a elaboração de documentos complementares incluindo orçamento, memorial descritivo, memorial de cálculo, composições unitárias, cotações, BDI e cronograma físico-financeiro para licitação, já incluso no valor global do item, detalhamentos necessários, anotações de responsabilidade técnica (ART ou RRT).</p> <p>Todo projeto deve atender a legislação municipal e as normativas vigentes e deve ser desenvolvido em plataforma BIM e entregue em formato digital.</p> <p>Fica o credenciado responsável por ajustar e readequar todos os projetos que forem encaminhados para órgãos concedentes de recursos, federais ou estaduais, por um período de 12 meses após a entrega do objeto. Também fica o credenciado responsável por prestar esclarecimentos durante a execução da obra, quando necessário.</p> <p><i>Qualificação técnica:</i></p> <p>Certidão de Registro e Regularidade da Empresa e do seu(s) Responsável(is) Técnico(s) e demais profissionais técnicos integrados do quadro técnico da empresa, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da localidade da sede da licitante, pessoa Jurídica e Física em vigência; A proponente que não é sediada no Estado de Santa Catarina deverá apresentar o Registro no CREA/CAU do estado em que está sediada e apresentar no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, o visto do CREA/CAU de Santa Catarina;</p>



	<p>Comprovação de que a Proponente possui, em seu quadro permanente na data prevista para a entrega das propostas, profissionais de nível superior, das áreas de Engenharia Civil e/ou, Arquitetura, Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico e Agrimensor e ou Topógrafo, com capacidade técnica para elaboração dos projetos e demais serviços, bem como em quantidades suficiente para atender as demandas de projetos e serviços técnicos, devendo possuir no mínimo os seguintes profissionais para habilitação em cada grupo de projetos ou serviços (Lotes):</p> <p>LOTE 01 – PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA COM AREA ATÉ 1500 m²: Reforma, Ampliação e ou ter no mínimo 02(dois) profissionais da área de engenharia (engenheiro civil e/ou arquiteto);</p> <p>LOTE 02 – PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA COM AREA SUPERIOR A 1500 m²: Reforma, Ampliação e ou ter no mínimo 02(dois) profissionais da área de engenharia (engenheiro civil e/ou arquiteto);</p> <p>LOTE 03 – PROJETOS DE MUROS DE CONTENÇÃO: 1(um) Engenheiro civil, 1(um) Engenheiro Elétrico e 1(um) Engenheiro Mecânico;</p> <p>LOTE 04 – PROJETOS ELÉTRICOS ALTA TENSÃO E SUSTENTÁVEL: 1(um) Engenheiro Elétrico</p> <p>LOTE 05 – PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS CORRELACIONADOS: 02 (dois) profissionais da área de engenharia com no mínimo 1 (um) engenheiro Civil e 1 (um) Topógrafo e ou Agrimensor.</p> <p>LOTE 06 – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO: Engenheiro Agrimensor e ou Topógrafo</p> <p>LOTE 07 - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS - Pessoa física e/ou pessoa jurídica, inclusive empresa Individual, devidamente registrada no CREA, CAU, CFTA e ou CRECI e objeto social que contemple atividades para avaliação de imóveis residenciais urbanos, apartamentos, imóveis rurais, terrenos, glebas, imóveis comerciais, croquis, memoriais descritivos, entre outros.</p> <p>A Comprovação de vínculo do (s) responsável (is) técnico (s) com a licitante (engenheiro civil e/ou arquiteto, engenheiro elétrico, engenheiro mecânico, agrimensor e ou topógrafo) do quadro permanente se dará através do Contrato Social, em se tratando de sócio da empresa, no caso de empregado, mediante apresentação de Cópia da Carteira de Trabalho e do Livro de Registro de empregados ou Contrato de Prestação de Serviços ou ainda, ART/RRT de Cargo e Função emitida pelo Conselho Profissional responsável (CREA, CAU, CFTA e ou CRECI); observadas a participação do qualificação para cada lote.</p>
6.	<p>MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO.</p> <p>As empresas credenciadas serão convocadas para a elaboração de projetos conforme a necessidade da administração e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis aos projetos a serem elaborados.</p>
7.	<p>CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.</p> <p>O pagamento será efetuado conforme definido no ato convocatório, mediante execução dos serviços e apresentação da fatura (nota fiscal), desde que todas as exigências previstas na ordem de serviço sejam devidamente atendidas.</p>



8.	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR. A contratação será efetuada por meio de processo de credenciamento.
9.	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO. O valor da contratação será baseado em levantamento mercadológico com preço máximo de R\$ 2.124.275,00 (dois milhões, cento e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais).
10.	INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, <u>QUANDO FOR O CASO.</u> Após termo de referimento provisório e definitivo. LOCAL DE ENTREGA: Rua Rui Barbosa, 347, Centro Prefeitura Municipal - Xaxim. ÓRGÃO/AGENTE INCUMBIDO DE EMITIR RECIBO DE ENTREGA: Secretaria Municipal de Infraestrutura. PRAZO PARA O RECEBIMENTO PROVISÓRIO: Após Conclusão dos serviços. PRAZO PARA O RECEBIMENTO DEFINITIVO: Após análise do projeto e aprovação.
11.	ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, <u>QUANDO FOR O CASO.</u> Conforme legislação.
12.	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO ENTIDADE. O Município de Xaxim conta com servidores com conhecimento em diversas áreas com capacidade técnica para fiscalizar e gerir o contrato e equipe administrativa, engenheiro, arquiteto e Urbanista buscando verificar se os produtos e serviços atendem as especificações previstas nas legislações vigentes.

13.	
Dotação	Fonte
	Data
Assinatura - Juliano Sorgato	

14.	
Servidor:	
Cargo:	



PREFEITURA DE
XAXIM

Lotação:	
Data:	
Assinatura:	
15.	
Servidor:	
Cargo:	
Lotação:	
Data:	
Assinatura:	

EM ANEXO:

- Estudo técnico preliminar;
- Orçamentos de mercado.

Nome do Responsável: Cristiano Rocunbach de Oliveira
Cargo/Função: GESTÃO DO CONTRATO
Secretaria: SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA



ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(NOME), (CNPJ/CPF), declaro para os devidos fins, sob as penas da lei:

I - Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais deste edital, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições exigidas neste edital durante toda a contratação até seu pagamento;

III - Cumprimento do disposto no [inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#) – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Declaro que o referido é verdade sob as penas do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA)

(NOME DO INTERESSADO – CNPJ/CPF)



ANEXO IV – DECLARAÇÃO LGPD

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFIDENCIALIDADE E OUTRAS AVENÇAS

Por este instrumento, de um lado, **Município de Xaxim**, neste ato representado pelo conforme estabelecido em seu contrato social (“**Parte Reveladora**”) e, de outro lado, **XXX**, com **CNPJ/CPF nº 000**, com endereço em **XXX**, neste ato representada pelo seu representante legal (**se for CNPJ XXX**) (“**Parte Receptora**”), resolvem, em comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. É objeto deste instrumento a manutenção do mais absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada à (**descrever, por ex.: dados pessoais e dados pessoais sensíveis**), inscrita no (**descrever, por ex.: Cláusula Primeira do Contrato Administrativo**) que a PARTE RECEPTORA vier a ter acesso em decorrência da execução do objeto (**descrição do objeto executado para a PARTE REVELADORA**).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

1. Para todos os efeitos deste instrumento, serão consideradas confidenciais, todas as informações relacionadas à (**descrever**) a que a PARTE RECEPTORA vier a ter acesso em decorrência dos serviços prestados à PARTE REVELADORA (“**Informações Confidenciais**”).

1.1. Serão, ainda, consideradas Informações Confidenciais todas as informações que assim forem identificadas pelo **Município de Xaxim**, PARTE REVELADORA, pelas legislações aplicáveis (inclusive a [Lei nº 13.709/2018](#) – Lei Geral de Proteção de Dados “**LGPD**”) ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da PARTE REVELADORA.

2. A revelação das Informações Confidenciais não representa a concessão de qualquer tipo de licença explícita ou de qualquer outra natureza, nem de direitos de qualquer espécie para a PARTE RECEPTORA.

3. A PARTE RECEPTORA se compromete a:

- a) Utilizar as Informações Confidenciais com o propósito restrito de desempenhar suas atividades junto à PARTE REVELADORA;
- b) Não utilizar tais informações em seu próprio benefício e/ou para qualquer propósito que não aquele para o qual foram reveladas, abstendo-se de divulgar, publicar, fazer circular, produzir cópia ou efetuar *backup*, por qualquer meio ou forma, de qualquer documento ou informação confidencial;
- c) Zelar para que referidas informações não sejam divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias Informações Confidenciais;
- d) Não revelar as Informações Confidenciais a quaisquer terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da PARTE REVELADORA. Ainda, em caso de revelação das informações, a PARTE RECEPTORA se compromete, desde já, a repassar todas as obrigações descritas neste instrumento aos que vierem a ter acesso a tais informações, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos; e,
- e) Informar imediatamente à PARTE REVELADORA qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido ou que venha a ocorrer por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

4. As obrigações estabelecidas neste instrumento não serão aplicáveis a quaisquer Informações Confidenciais que:

- a) Anteriormente ao seu recebimento pela PARTE RECEPTORA tenham tornado-se públicas ou chegado ao poder da PARTE RECEPTORA por uma fonte que não a



PARTE REVELADORA; ou

- b) Após o recebimento pela PARTE RECEPTORA, tenham sido públicas por qualquer meio que não como consequência de uma violação de sua obrigação aqui prevista.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

1. Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especialmente a [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

2. A PARTE RECEPTORA declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela PARTE REVELADORA e seus clientes (“dados protegidos”), exclusivamente para a prestação dos serviços.

3. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida lei.

4. A PARTE RECEPTORA somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da PARTE REVELADORA, a fim de cumprir suas obrigações para a prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

5. A PARTE RECEPTORA tratará os dados pessoais em nome da PARTE REVELADORA e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela PARTE REVELADORA. Caso a PARTE RECEPTORA considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a PARTE RECEPTORA prontamente notificará a PARTE REVELADORA e aguardará novas instruções.

6. Se aplicável, a PARTE RECEPTORA se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados e as instruções transmitidas pela PARTE REVELADORA. A PARTE RECEPTORA se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

7. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente da PARTE RECEPTORA relativas ao tratamento de dados pessoais, a PARTE RECEPTORA submeterá esse pedido à apreciação da PARTE REVELADORA. A PARTE RECEPTORA não poderá, sem instruções prévias da PARTE REVELADORA, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração de Termo Aditivo.

2. A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

3. O não exercício pelas partes de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste instrumento ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à parte.

4. O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título e tempo.



5. A PARTE RECEPTORA declara que os serviços serão prestados de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis, inclusive a [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD.
6. Os efeitos deste instrumento retroagem à data que a PARTE RECEPTORA teve acesso à primeira informação confidencial relacionada à **XXXXXXX (descrever o objeto)** sendo que todas as obrigações aqui estabelecidas permanecerão válidas até que a PARTE REVELADORA autorize (por escrito) a revelação da informação confidencial, observado, ainda, o disposto nas legislações vigentes (inclusive a [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD).
7. As partes declaram e reconhecem que são entidades totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste instrumento poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as partes, bem como entre os empregados de uma parte e a outra parte.
8. Através deste instrumento, a PARTE RECEPTORA cede à PARTE REVELADORA todos os direitos patrimoniais de autor a ela pertencente, decorrentes dos serviços prestados.
9. A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a PARTE RECEPTORA ao pagamento ou ressarcimento, de todas as perdas e danos, materiais e morais, lucros cessantes, nos termos das legislações vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o Foro da Comarca de **Xaxim**, Estado de Santa Catarina, como único competente para dirimir as controvérsias resultantes deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas, para que produza todos os efeitos.

(LOCAL), (DATA).

Responsável pelo Município de Xaxim

Razão Social do Contratado

Testemunha 1:

Nome:

CPF:

Testemunha 2:

Nome:

CPF:



ANEXO V – PROPOSTA

PROPOSTA

OBJETO: XXX

VALOR DA OFERTA: _____ (valor por extenso).

***Observação: o valor NÃO DEVE SER INFERIOR A R\$ 000**

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(INTERESSADO – CNPJ/CPF)



ANEXO VI – CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 00XX/2024

O **MUNICÍPIO DE XAXIM**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, inscrita no CPF/MF sob nº _____ e portador da cédula de identidade nº _____, denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 0XXX/2024, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 00XX/2024, homologado em 00/00/2024, derivado do Procedimento Auxiliar – Credenciamento Nº 0007/2024 mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)

1.1 O objeto deste contrato é o CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO de empresa especializada para a prestação de serviços DE serviços de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, topografia e avaliação de imóveis, objetivando a elaboração de projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidrossanitário, hidráulicos, preventivos de combate a incêndio, pavimentação, metálicos, avaliações de imóveis entre outros, para atendimento as necessidades das Secretarias Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (art. 92, II)

2.1 Este contrato é vinculado ao edital do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 00XX/2024, homologado em 00/00/2024.

2.2 O processo administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 00xx/2024 é derivado do Procedimento Auxiliar – Credenciamento Nº 0007/2024, que credenciou o CONTRATADO em 00/00/202X por meio do ato legal XXX.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

3.1 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na [Lei nº 14.133/20211](#) e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV)

4.1 O resultado pretendido com a contratação, é a de atender as necessidades de todas as Secretarias Municipais e seus respectivos departamentos de serviços de pintura pelo período de 12 (doze) meses;

4.2 - Para alcançar esse resultado, a forma de execução referente aos serviços indicados no primeiro parágrafo, deverá ocorrer da seguinte maneira:



4.2.1 – O Contratado após o recebimento da Autorização de Fornecimento, deve iniciar a execução do objeto no prazo de 7 (sete) dias corridos.

4.2.2 – A execução deve ser realizada nos endereços constantes nas solicitações, em horários de atendimento das Secretarias e demais departamentos solicitantes.

4.3 - A metodologia a ser adotada pelo contratado, deve estar de acordo com as normas e técnicas vigentes recomendadas pelos fabricantes.

4.4 - A municipalidade se reserva o direito de adquirir somente parte dos serviços.

4.5 - Os prazos definidos acima poderão ser modificados conforme acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

5.1 Pela aquisição do objeto descrito, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____).

5.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a entrega do relatório e medição dos serviços e apresentação da Nota Fiscal devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

5.4 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, preferencialmente em conta na agência Caixa Econômica, caso não seja possível, será descontado o valor da taxa de transferência TED/DOC, do valor a receber.

5.5 Havendo prorrogação de contrato, este poderá ser reajustado anualmente mediante acordo entre as partes, pelo índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em caso de extinção do referido índice, será aplicado àquele que vem a substituí-lo.

5.6 O reajuste poderá ser fornecido sempre que o contrato atingir 12 meses da sua assinatura, com intuito de manter a equação econômico-financeira contratual ao longo de sua execução em face das variações de preços decorridas pelo processo inflacionário.

CLÁUSULA SEXTA: OS PRAZOS DE ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)

6.1 O objeto da presente licitação deverá ser entregue/prestado pela credenciada, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, mediante Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente do Município, no local indicado na autorização.

6.2 O objeto será recebido ([art. 140, II da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente,



mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato ([art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e neste edital ([art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.5 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal de Xaxim – Decreto nº 0481/2023 ([art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

Art. 2º Os recebimentos provisório e definitivo ocorrerão: **I - Compras (exceto Veículos, Máquinas e Equipamentos):** aposição de carimbo na nota fiscal e/ou preenchimento de formulário (Anexo Único), que deverá ser anexado à nota fiscal;

Art. 4º Os prazos para recebimento provisório e definitivo serão: **I - Compra e Serviços que não são de engenharia:** serão definidos nos editais e contratos, de acordo com cada objeto, observando, quando tiver, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência – TR ou outros documentos técnicos;

CLÁUSULA SÉTIMA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA ([art. 92, VIII](#))

Entidade: 01 - Município de Xaxim
Órgão de Governo: 07 – Secretaria de Infraestrutura.
Dotação Orçamentaria: 3.3.90.30.22.00.00.00 (49/2024)

CLÁUSULA OITAVA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO ([art. 92, XIV](#))

8.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I -** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II -** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III -** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV -** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V -** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI -** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII -** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII -** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX -** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X -** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI -** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

8.2 DAS PENALIDADES:

I – ADVERTÊNCIA (art. 156, § 2º): será aplicada por escrito, quando o CONTRATADO deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou entrega dos bens, bem como por atos que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução deste instrumento, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros;

II – MULTAS (art. 156, § 3º): serão aplicadas por infrações que obstaculizem a concretização do objeto licitado, por culpa do CONTRATADO, e compreenderão:

- a) Atraso de até 10 (dez) dias na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **5%** (cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- b) Atraso superior a 10 (dez) dias na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **10%** (dez por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;
- c) Será aplicada multa de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer das obrigações contidas no edital, ressalvadas aquelas para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;

8.2.1 A multa deverá ser recolhida aos cofres do Município de Xaxim, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva notificação.

8.2.2 Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela descontada dos créditos existentes em nome da CONTRATADA ou, não havendo esses ou sendo ela maior que crédito, lançados em dívida ativa e/ou cobrada judicialmente com ônus ao devedor em qualquer hipótese;

8.2.3 As multas previstas neste inciso são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, em seus limites incidentes sobre cada uma delas;

III – IMPEDIMENTO de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Xaxim, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º): A licitante será sancionada com a pena de impedimento de licitar ou contratar com este Município e será descredenciada do seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º): nos seguintes casos Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- a) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) –

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4 Para aplicação das sanções (arts. [156, § 6º, I](#), [157](#) e [158](#) da Lei nº 14.133/2021):

- I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
 - a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente
 - II - Incisos III e IV do item 1:
 - a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b) O contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
 - c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
 - e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
 - f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) *Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;*
 - ii) *Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;*
- Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa*

8.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).



8.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.9 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

a) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.11 É admitida a reabilitação do INTERESSADO ou contratado perante o Município de Xaxim, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I** - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II** - Pagamento da multa;
- III** - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV** - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V** - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

8.12 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do INTERESSADO ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



I. A empresa credenciada obriga-se a executar os serviços, de forma integral, de acordo com as especificações técnicas, bem como em conformidade com as normas técnicas vigentes; independentemente de algum item estar incluso em apenas um dos documentos técnicos ou apenas no corpo do edital.

II. A contratada responsabilizar-se-á pela qualidade da prestação dos serviços, elaborando projetos de acordo com as normas técnicas e em conformidade com o que foi solicitado, sob pena de refazer, a pedido do contratante, mesmo após entrega, todos os serviços que não atenderem as especificações e normas técnicas.

III. A contratada deverá cumprir todos os prazos legais pré-estabelecidos na solicitação, atendendo fielmente o cronograma dos serviços, salvo fato superveniente que deverá ser devidamente documentado e justificado tecnicamente, sob pena das implicações legais cabíveis.

IV. Entregar todos os projetos, estudos, documentos técnicos complementares e demais serviços técnicos com seus respectivos memoriais descritivos, memorial de cálculo de quantitativo do orçamento, planilha orçamentária em modelo a ser definido pelo contratante, cotações de preços e composições de orçamentos, laudos, cronograma, detalhamentos necessários e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), conforme solicitado pela contratante no momento do pedido de realização do projeto ou serviço técnico;

V. Os itens de projetos a serem elaborados deverão contemplar a elaboração de documentos complementares incluindo orçamento, memorial descritivo, memorial de cálculo, composições unitárias, cotações, BDI e cronograma físico-financeiro para licitação, já incluso no valor global do item, detalhamentos necessários, anotações de responsabilidade técnica (ART ou RRT).

VI. Todo projeto deve atender a legislação municipal e as normativas vigentes e deve ser desenvolvido em plataforma BIM e entregue em formato digital.

VII. Fica o credenciado responsável por ajustar e readequar todos os projetos que forem encaminhados para órgãos concedentes de recursos, federais ou estaduais, por um período de 12 meses após a entrega do objeto. Também fica o credenciado responsável por prestar esclarecimentos durante a execução da obra, quando necessário.

8.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Executar os serviços nas condições estipuladas no edital, observando-se os parâmetros de boa técnica e as normas legais aplicáveis, bem como, atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.

II. Prestar os serviços apenas mediante agendamento da Secretaria Municipal de Saúde de Xaxim.

III. Dar atendimento adequado e prestar as informações devidas a Secretaria Municipal de Saúde de Xaxim sobre os serviços prestados, de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste edital.

IV. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico.

V. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente e do prontuário médico.

VI. Assegurar ao responsável legal pelo paciente, o acesso a seu prontuário médico.

VII. Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado no edital.

VIII. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o objeto, durante todos os períodos em que se mantiver contratado.

IX. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.



X. Deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XI. Os serviços deverão ser prestados mensalmente, conforme descritos no Edital.

CLÁUSULA NONA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA SER CREDENCIADO E CONTRATADO (art. 92, XVI)

9.1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para ser credenciado e contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)

10.1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (art. 92, XVIII)

11.1 O responsável pela fiscalização será a servidora Alyssa Luiza Zanluchi Roman, matrícula nº 10350.

11.2 Os fiscais devem acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços indicados na AF e neste TR, analisando/avaliando a execução dos serviços, suas quantidades, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.3 O Responsável pela Gestão será o servidor Cristiano Rocunbach de Oliveira, matrícula nº 9448.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações ([art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;



- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2 As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições ([art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).

12.3 O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses ([art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 da Lei nº 14.133/2021](#);
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

12.4 A extinção do contrato poderá ser ([art. 138 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.5 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.6 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:



- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

12.7 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências ([art. 139 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

12.8 A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

12.9 Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

12.10 Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#) serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: FORO ([art. 92, § 1º](#))

13.1 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim – SC, esgotadas as vias administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

14.1. Em atendimento ao disposto na [Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

14.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. [7º](#), [11](#) e/ou [14](#) da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício



regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.
 - i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
 - i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

14.3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

14.4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

14.5 No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 000/202X, que regulamenta a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

14.6 A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

14.7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

14.8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.



14.9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

14.10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

14.11. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

14.12. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

14.13. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

14.14 O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no [art. 48 da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

14.15. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

14.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).



14.17. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

14.18. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a [Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

14.19. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: PUBLICAÇÃO

15.1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes ([art. 94, I da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

- I -** Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));
- II -** Página do Município de (www.xaxim.sc.gov.br/licitacoes);
- III -** Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).
- IV -** Jornal diário de grande circulação local ([art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

(LOCAL), (DATA)

<hr/> <p>Prefeito(a) do Município de Xaxim CONTRATANTE</p>	<hr/> <p>XXX CONTRATADO</p>
<p>1ª Testemunha Nome:</p>	<p>2ª Testemunha Nome:</p>